

## **PENSANDO UMA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A QUESTÃO DOS JOVENS DO BRASIL**

Rosemary Roggero

Universidade Nove de Julho – UNINOVE

[ros eroggero@uol.com.br](mailto:ros eroggero@uol.com.br)

### **Resumo**

O texto é parte de uma pesquisa que investiga a questão da juventude no Brasil, considerando a questão da formação e do trabalho, apresentando uma reflexão sobre dois pontos que se encontram pelo avesso: o movimento contemporâneo do capital e suas demandas no mundo do trabalho e a denúncia da situação de abandono em que se encontram os jovens do Brasil, de modo a ampliar a visão sobre mudanças na educação, seus agentes e processos. A reflexão proposta permite observar os efeitos danosos de políticas públicas mal articuladas sob a égide do capitalismo contemporâneo e seus requisitos. Ainda que os dados sejam alarmantes sob vários aspectos, a intenção maior é reivindicar – a partir de uma perspectiva crítica – a possibilidade de uma formação que vá além da mera integração do indivíduo ao mercado ou da sua sumária exclusão.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento sustentável; Capitalismo contemporâneo; Juventude.

### **Abstract**

The paper is part of a study that investigates the issue of youth in Brazil, considering the issue of education and work, presenting a debate on two points that are inside out: the contemporary movement of capital and their demands in the world of work and exposing the situation of abandonment in which are the young people of Brazil, to expand the vision for change in education, its agents and processes. The reflection permit to observe the damaging effects of public policies poorly articulated under the aegis of contemporary capitalism and its requirements. Although the data are alarming in many ways, the intention is to claim - from a critical perspective - the possibility of training that goes beyond the mere integration of the individual market or their summary exclusion.

**Key-words:** Sustainable development; contemporary capitalism; Youth.

## Educação para a vida?

O debate em torno da melhoria da qualidade da educação nos países que passaram a ser denominados emergentes a partir do movimento de mundialização do capital (Chesnais, 1996) tem-se intensificado, principalmente a partir da década de 1990, com o surgimento de políticas públicas de grande alcance, cuja formulação tem contado com a participação dos mais diversos organismos governamentais e não governamentais, nacionais, internacionais e multilaterais, como UNESCO, Banco Mundial e FMI, entre outros.

Os discursos, os documentos, as políticas e as práticas oriundas desses debates parecem convergir ideologicamente, de tal maneira que não raro soe estranho questioná-los ou criticá-los. Entretanto, a realidade tem tornado cada vez mais evidente que eles escamoteiam interesses diversos, muito menos marcados pela perspectiva anunciada do desenvolvimento social que pela lógica do crescimento econômico, especialmente dos países centrais, ou antes, das grandes corporações do mundo capitalista.

O momento contemporâneo não admite mais a ingenuidade no campo educacional. Não é mais possível pensar que as políticas educacionais estejam descoladas de interesses econômicos. Elas visam a atendê-los diretamente, com a finalidade última de formar trabalhadores capazes de acompanhar as mudanças na organização do trabalho, além de consumidores à altura dos novos produtos disponibilizados por esse mercado mundializado.

Observando esse cenário, o objetivo deste artigo é provocar o leitor a pensar sob a ótica do movimento contemporâneo do capital, de modo que as informações e argumentos que se apresentam possibilitem ampliar a visão sobre as mudanças na educação, desvelando sua ideologia, mas também motivando a reflexão e a atuação em prol de uma formação que vá além da mera integração do indivíduo ao mundo administrado ou da mera adaptação à lógica do econômico.

Na verdade, entre o conteúdo filosófico, o conteúdo das intenções das propostas político-sociais e as práticas realizadas há imensos abismos. Talvez não se possa atribuí-los a uma inconsistência entre teoria, intenções e ações, mas à capacidade que uma prática coisificada pela lógica do capital tem de contaminar com seu fetiche a própria teoria que a poderia libertar, pela negação de sua fertilidade crítica.

Há de se considerar que a força do capital provoca – mesmo que apenas para garantir sua produção e reprodução – gigantescas revoluções na história da humanidade, da qual extrai a força para a subsistência da dominação social.

Vários estudos afirmam (Gorz, 1987; Harvey, 1992; Schaff, 1990; Chesnais, 1996; Drucker, 1996; Rifkin, 1996, entre outros<sup>1</sup>) e a mídia tem divulgado que está ocorrendo um processo de

reorganização do capitalismo central, embora autores como Offe (1995) interpretem este momento histórico como o do *capitalismo desorganizado*.

O momento é marcado pelo crescimento do desemprego estrutural, com uma crescente diversificação das atividades produtivas, que deve alterar os padrões econômicos nos próximos anos: uma grande massa de desempregados refugia-se na economia informal, outros tantos migram para a economia social (ou terceiro setor), também em crescimento<sup>2</sup>, além daqueles que se ocupam no setor de serviços, também cada vez mais diversificado e complexo, criando formas de sustento que superam os padrões formais, sem falar na marginalização social, com o aumento da violência e da criminalidade.

Gorz (1987) entende que o momento marca o fim do proletariado como descrito por Marx, argumentando que se apresenta uma crise do marxismo porque o próprio operariado estaria em crise, devido ao rompimento da ligação entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento das condições de classe, ainda que as contradições do capitalismo se apresentem tão espetaculares como nunca.

Schaff (1990) também aposta no fim da classe trabalhadora, com possíveis mudanças de caráter socialista, em que as revoluções técnico-científicas (biológica, energética e microinformática) estariam alterando significativamente a forma de existir do homem, aumentando sua expectativa de vida, proporcionando uma qualidade de vida melhor, com melhor aproveitamento de recursos e com a suposta eliminação das diferenças entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, em que prevaleceria o último.

Entretanto, para que essa eliminação de diferenças fosse possível, seria necessário maior e melhor nível educacional das populações. Todos os dados disponíveis revelam que, ainda que esteja havendo um incremento quantitativo, qualitativamente a educação existente deixa a desejar, até mesmo em países desenvolvidos, que dirá nos que ainda não atingiram sequer universalização da educação básica como o nosso.

Ainda assim, para Schaff, o que se denomina *sociedade de informação* tenderia a produzir uma concepção de homem na qual se daria a transformação do *homo studiosus* em *homo universalis*, do *homo laborans* em *homo ludens*, em busca de um novo sentido para a vida, um novo estilo de vida e um novo sistema de valores, coerentes com os princípios da sociedade emergente:

O homem universal ou aquele que está munido de uma instrução completa e em condições de mudar de profissão e, portanto, também de posição no interior da organização social do trabalho, representou até hoje uma ideia utópica. Hoje ela se tornou realidade e, em certo sentido, uma necessidade. A realização desta ideia poderá ser alcançada graças à educação permanente e a técnicas cada vez mais eficientes. (Schaff, 1990, p.125)

Por outro lado, o autor adverte que, até que essa mudança se consolide, prevalece a tendência de um acirramento das contradições do sistema capitalista, provocando uma perda do sentido da vida por meio do vazio existencial que estaria agravando os problemas sociais, como a violência, a toxicomania e a delinquência juvenil, entre outros. Dessas contradições, sim, nosso cotidiano está repleto de exemplos dramáticos.

Ainda que o autor alerte para a necessidade de que os governantes desenvolvam estratégias de minimização dos riscos sociais detectados, estes são apresentados quase como se representassem *algumas perdas aceitáveis*, tendo em vista os benefícios das promessas do “novo modelo de desenvolvimento”.

Schaff afirma, ainda, que ao lado da busca por um novo sentido e estilo de vida – que conduziria a impulsos pela vida comunitária –, o homem estaria buscando um novo sistema de valores apoiados na fé religiosa, convicção fundada em sua experiência pessoal e em investigações empíricas envolvendo cientistas representantes das ciências naturais e, principalmente, das ciências exatas.

A propósito de uma ideia como essa, Kehl (2002), analisando que a perda do sentido da existência está na origem da depressão – sintoma característico do mal-estar contemporâneo na civilização –, aborda o modo como a sociedade tem enfrentado essa questão:

A sociedade contemporânea pensa a cura desse sofrimento como eliminação de todo mal-estar, de toda angústia de viver. As terapias exclusivamente medicamentosas, as técnicas de autoajuda e as novas formas de espiritualidade – uma “espiritualidade de resultados”, praticada com finalidades terrenas bem específicas – partem do pressuposto de que o psiquismo pode se libertar dos incômodos efeitos do inconsciente e servir às finalidades de um eu soberano, pragmático, feliz, ajustado às aspirações dos membros da cultura do individualismo e do narcisismo. (KEHL, 2002)

Como se vê, para além do mundo econômico as perspectivas atuais da psicanálise revelam um movimento bastante mais complexo para a questão da busca para um novo sentido da vida do que o otimismo de Schaff quer fazer crer. A abordagem de Kehl demonstra que o homem universal e lúdico sustentado por Schaff ainda está longe de emergir nesta sociedade, mas que é urgente repensar a questão da ética nas relações, sejam elas quais forem, sugerindo que a ideia de *reconhecimento do outro* é fundamental nessa reflexão<sup>3</sup>.

Por outro lado, Drucker (1996), o pai da administração moderna, também não se mostra tão otimista. Ao iniciar sua descrição da *sociedade pós-capitalista*, ele afirma que para qualquer sobrevivente do século XX:

(...) o otimismo seria uma insensatez. Certamente não estamos perto do fim das turbulências, das transformações, dos descontroles súbitos, que fizeram deste um dos séculos mais sórdidos, cruéis e sangrentos da história humana. Qualquer um que se iludir, achando que estamos perto do “fim da

história”, terá surpresas desagradáveis... Nada que é “pós” é permanente, nem tem vida longa. Nosso período é de transição. (DRUCKER, 1996)

A especificidade da descrição de Drucker, no que se refere ao capitalismo, está no que chama de *revolução gerencial*, cujo núcleo estaria na mudança do significado de *conhecimento*. O autor afirma que essa mudança teria se iniciado na revolução industrial e, atualmente, o conhecimento se apresentaria como um recurso-chave individual e econômico, colocando-se acima dos fatores de produção tradicionais (terra, mão de obra e capital), “*como meio de obtenção de resultados econômicos*” (DRUCKER, 1996).

Ao transformar-se em recurso econômico, o conhecimento torna-se mercadoria e distancia-se ainda mais da promessa do iluminismo. Ao capital passa a interessar apenas a produção de um tipo de conhecimento: aquele que possa garantir sua reprodução. Em assim sendo, toda a formação que se proponha diante de tal lógica de antemão se anuncia como falsa. Um conhecimento subordinado ao capital não pode ser um conhecimento capaz de produzir a liberdade, a não ser a liberdade possível sob o capitalismo – a de ser consumidor e consumido *no e pelo* mercado.

Nessa direção, temos as competências exigidas pelo mercado de trabalho apontando para um redimensionamento do pensamento lógico abstrato, em que a formação do profissional não deve restringir-se ao especialista, mas ampliar-se para o generalista; em que a visão de administrador não basta, é preciso desenvolver-se o espírito empreendedor; e a questão da liderança não é entendida mais como inata, mas característica tácita da qualificação de qualquer profissional. (Roggero; Rodrigues, 1997)

Num mundo cuja mudança tem sido acelerada pela informática e pelas telecomunicações, a comunicação ganha novos contornos em relação às competências socioprofissionais, tendo em vista as redes e seu significado para as relações interpessoais, além da comunicação não verbal, que ganha ênfase num mundo de prestação de serviços tanto quanto o trabalho em equipe, sugerindo perspectivas que envolvem a multidisciplinaridade, a multifuncionalidade e mesmo a capacidade de trabalhar em equipes virtuais (por projetos).

Além disso, nesse mundo em mudança algumas palavras de ordem no mercado de trabalho indicam a necessidade de desenvolver flexibilidade, pensamento estratégico e capacidade de adaptação à mudança, dando especial atenção à questão da solidariedade. São visões que indicam o crescimento do terceiro setor, o setor da sociedade civil organizada.

Requisitos como esses exigem reformas nas políticas de formação profissional, seja no sistema escolar, seja nas próprias empresas e, até mesmo, por meio de organizações não governamentais. A educação não se restringe mais aos muros escolares. A escola deixou de ser o

espaço privilegiado da formação em qualquer nível. Entretanto, outras nuances desse processo devem ser observadas.

Chesnais (1996) apresenta uma análise que revela a contradição máxima do fenômeno da globalização. Para ele, na verdade assiste-se a um processo de *mundialização* do capital. Por meio de estudos da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, 1994), dentre outros indicadores, o autor encontra as estratégias que fomentam o processo, as quais sugerem que “*é essencial a adaptação aos modos de produção e intercâmbio que estão surgindo*”.-Tais modos de produção dizem respeito às técnicas de organização do trabalho (como qualidade total, reengenharia, *just-in-time*, entre outras) bem como à sua flexibilização, as quais não se aplicam ao mundo todo, mas “*à escala do conjunto de regiões do planeta onde há recursos ou mercados, e só a elas*” (CHESNAIS, 1996, p.32), mostrando-se, portanto, altamente excludentes.

O efeito das inovações tecnológicas, combinado com procedimentos que geraram intensificação do trabalho e precariedade do emprego, tem sido o de criar oportunidades a grupos empresariais norte-americanos, japoneses e europeus com o auxílio governamental de seus Estados, zonas de mão de obra qualificada, baixos salários e pouca proteção social, geograficamente próximas de suas matrizes.

Além disso, Chesnais denuncia o novo estilo de acumulação apresentado pelas novas formas de centralização de gigantescos capitais financeiros (fundos mútuos e fundos de pensão), que se reproduzem na esfera financeira, gerando o que ele chama de *verdadeira obsessão* da rentabilidade aliada à liquidez dos títulos (*securities*), administrados por *profissionais* anônimos que personificam o *novo capitalismo* do final do século XX<sup>4</sup>.

Dados todos os efeitos perversos demonstrados à farta em seu estudo, Chesnais (1996) não pode apresentar qualquer perspectiva otimista acerca da mundialização do capital, argumentando (apoiado em Boyer) que:

[...] nada permite afirmar que o capitalismo não será capaz de instaurar um modo de desenvolvimento baseado em formas de consumo e num modo de vida totalmente diferentes daqueles que desenvolveu ao longo da sua história (e no século XX em particular). Sabe-se que a coisa seria tecnologicamente factível, mas poderia sê-lo social e politicamente, estando tais formas tão ligadas à propriedade privada e a uma forma tão peculiar de individualismo? Em todo o caso, por enquanto, a tendência aparentemente predominante é a de que o sistema tenda a se fechar sobre si mesmo, a se instalar o “dualismo”, e que seus dirigentes, acompanhados por uma parcela significativa da população, se empenhem em construir, ao mesmo tempo, fortalezas para conter os “bárbaros” na periferia, e arame farpado em volta de seus guetos internos.

Sua síntese aponta para uma tendência de a sociedade ir mergulhando *aos poucos* na barbárie. Afinal, as estratégias que vão se tecendo no social enredam o indivíduo de tal forma que

parece não haver saída coletiva possível. É o econômico minando até mesmo suas bases políticas ou, como afirma Dupas (2000, p. 45): “*Hoje a questão tornou-se mais complexa. No andar de cima potencializa-se a acumulação pelo grau de inovação, pela possibilidade de fragmentação das cadeias produtivas globais e pela enorme autonomia da tecnologia, esta última finalmente liberta de suas amarras éticas ou sociais, antes teoricamente representadas pelo papel mais atuante dos estados nacionais.*”

Este autor aborda, ainda, a questão da subordinação de pesquisa e desenvolvimento aos interesses das grandes corporações globais, a fim de criar demandas para o mercado consumidor, além de estabelecer a taxa de retorno do investimento aos seus acionistas “*como critério central na definição de seus objetivos*”.

Uma tal lógica perversa vem assolando, inclusive, o setor educacional. Várias *holdings*, em busca de diversificação de investimentos, têm se aproximado vorazes por lucros do mercado da educação, no Brasil.

Em direção semelhante (no sentido de demonstrar o enredamento do indivíduo na dominação por meio do capital), Harvey (1996) observa que a atual sociedade continua tendo como princípio organizador básico da vida econômica a produção em função de lucros, e, para que o sistema se mantenha viável, é preciso garantir mecanismos capazes de lidar com a característica caótica do mercado em relação à fixação de preços, além de controlar o emprego e a força de trabalho.

Segundo o autor, essa regulação ocorre por meio de pressões coletivas exercidas pelo Estado ou por outras instituições, sejam elas políticas, religiosas, sindicais, patronais ou culturais, comprometidas com o poder das grandes corporações, e afeta nuclearmente a dinâmica do capitalismo.

O controle de salários e preços, aliado à propaganda subliminar que persuade o indivíduo a incorporar novos conceitos sobre necessidades e desejos básicos, tem como efeito direto moldar o desenvolvimento capitalista, mas não sem moldar tendências sociais e psicológicas que objetivam fixar modos de consumo e estilos de vida.

Dupas (2000) ainda analisa:

Na pós-modernidade, a utopia dos mercados livres e da globalização torna-se a referência. Mas o efêmero, o vazio, o simulacro, a complexidade, a crise flutuam como nuvens escuras. Sente-se um mundo fragmentado, seus sentidos se perdendo nessas fraturas, com múltiplos significados, orientações e paradoxos. Ciência e técnica juntas não param de surpreender e revolucionar. Mas essa ciência vencedora começa a admitir que seus efeitos podem ser perversos. Ela é simultaneamente hegemônica e precária. Tudo se passa como se o ato de saber se tornasse obscuro.

Diante de uma tal realidade, não é possível ao educador omitir-se de se capacitar a pensar criticamente a educação para além de si mesma. A educação que temos é produto de uma sociedade que, como diria Marcuse (1997), impõe uma *cultura afirmativa* sobre o indivíduo de modo a torná-lo apêndice do capital. Assim se dá a fetichização do indivíduo, que sequer é formado para compreender essa realidade que o molda, uma sociedade cuja cultura é minada pelas armadilhas tecnológicas.

É dessa maneira que vai se constituindo a *acumulação flexível*, a qual:

[...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um movimento que chamarei de “compressão espaço-tempo” no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisão privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1996)

A sintética descrição de Harvey não é, pela brevidade, pouco abrangente. Na verdade, embutidas nela encontram-se inúmeras consequências para o indivíduo na sua relação consigo mesmo, com os outros indivíduos e mesmo com a natureza, mediada pela formação e pelo trabalho.

No que diz respeito ao trabalho, o mercado formal divulga, como já apontado anteriormente, requisitos de qualificação que visam um *dever ser* do trabalhador, forjando um paradigma diverso daquele que vigorava até recentemente, por meio de práticas de divisão e organização que demandam maior envolvimento e participação e, embora pareça consensual que esse mercado tenda a absorver cada vez menos o contingente preparado conforme suas necessidades, as demandas divulgadas se alastram para além de suas fronteiras.

A organização científica do trabalho levou a uma maior intensificação deste, relacionada a uma espécie de modelização da subjetividade. O atual movimento torna mais agudo esse processo de maneira mais sutil, embrenhando-se no discurso de um poder que tenderia a ser compartilhado – sobretudo porque as novas técnicas organizacionais necessitariam de equipes multifuncionais mais bem preparadas –, e apontam para uma grande participação de competências tácitas.

Na esteira desses novos métodos – embora esteja suficientemente comprovado que eles não representem o fim do taylorismo, mas uma manutenção de seus princípios sob nova roupagem



técnica – a propaganda ideológica indica que o trabalhador deve se tornar, de alguma maneira, sujeito do processo de trabalho.

Por outro lado, o modelo que inicia sua implantação na indústria de ponta – o núcleo duro da economia – avança para os demais setores, principalmente para as atividades de serviços. O discurso articulado por estratégias mercadológicas anunciam colocar a satisfação do *cliente/consumidor* como centro das preocupações empresariais, disseminando a crença de que esse cliente/consumidor é um indivíduo e que deve ser atendido de acordo com as suas peculiaridades. Assim, fomenta-se a ideia de que o indivíduo – como categoria social – está no centro dos interesses capitalistas, no tocante ao atendimento de suas necessidades, o que não deixa de ser verdadeiro quando se observa todo o empenho em torno da modelagem da subjetividade para adaptar-se às exigências do capital.

Nesse movimento, o capital é capaz de aderir até mesmo à ideia de *responsabilidade social*, assumindo a participação proativa na superação dos problemas sociais gerados pela desigualdade distributiva, representando a *generosidade* do poder dominante capaz de *ser solidário* e de reverter a exclusão gerada pela sua própria lógica, propiciando, inversamente, novas (e mais eficazes, porque fundadas na solidariedade, na responsabilidade compartilhada e na ética) formas de inclusão.

Por outro lado, se as próprias necessidades individuais e sociais vêm sendo historicamente (re)significadas e fetichizadas em favor do capital, qual o real significado dos discursos que colocam os *interesses do indivíduo* em seu centro?

Num momento de transição, como os especialistas identificam o atual, uma abordagem dessa questão exige que a análise seja pautada por critérios que levem em conta o desvelamento até mesmo de interpretações que disfarçam a realidade em que surgem. Porém, ainda assim, corre-se vários riscos: pode-se lançar mão de conceitos que a própria realidade já teria alterado; pode-se fazer apenas o eco já fraco de análises datadas; ou, ainda, pode-se deixar levar pelas sutilezas ideológicas do momento, perdendo a dimensão crítica convertida em mera opinião. Em todos os casos, a vida estaria sendo negada por um falseamento da teoria, também escamoteado pela lógica do capital.

Nesse sentido, a responsabilidade do educador ainda se avulta: é preciso superar as lacunas de formação, tornar-se capaz de compreender melhor o mundo contemporâneo em suas contradições para buscar agir em prol da sua superação. É preciso, antes de mais nada, superar os clichês do senso comum. Então, é preciso desconfiar das *sempre mesmas* respostas prontas em

educação. É bem provável que elas não respondam mais nada (ou nunca tenham respondido), porque não correspondem à realidade que precisa ser alterada, mas à ideologia da dominação social.

É nesse sentido que minha provocação questiona a suposta educação para a vida. Entendo ser fundamental que a vida invada a educação, invada a escola. Não uma vida idealizada e romantizada. Mas, certamente, é preciso que a vida real, a *vida danificada*, como a qualifica Adorno (1993, p.7), invada a educação, por que “*quem quiser saber a verdade acerca da vida imediata tem que investigar sua configuração alienada, investigar os poderes objetivos que determinam a existência individual até o mais recôndito nela*”. E isso, sem dúvida, cabe a todos, principalmente, aqueles dentre nós que escolhemos o papel social de educar.

### **Um paradoxo desta sociedade: o abandono dos jovens**

No âmbito acadêmico, o balanço da produção discente da pós-graduação em educação entre 1980 e 1998, realizado por Marília Pontes Spósito, intitulado “*A produção de Conhecimento sobre Juventude na Área de Educação no Brasil*” (2005), por meio de projeto temático fomentado pela FAPESP, revela, de acordo com a autora, 18 anos de uma produção muito desigual quanto à qualidade e, também, fortemente influenciada pela centralidade da escola, em que se observa o estudo do jovem predominantemente na condição de aluno. Seu levantamento permite concluir que ainda há um desconhecimento sobre a condição juvenil na sociedade brasileira, marcada por recortes intensos nas desigualdades sociais, culturais e étnicas que oferecem para pesquisa a realidade plural da juventude.

Dentre os dados colhidos por Spósito chama a atenção que “*a tríade juventude, trabalho e escola passa a ocupar um espaço forte no início da década de 1990, apresentando forte declínio no último período*”. (2005)

Esse dado coincide com a realidade das mudanças no mundo do trabalho, alavancadas pela introdução de inovações tecnológicas, e na preocupação do mercado com a divulgação de novas competências socioprofissionais que têm exigido uma revisão do sistema educacional, desde a educação infantil até a pós-graduação *stricto sensu*, conforme pudemos observar noutro estudo (Roggero, 2001). Assim, torna-se compreensível que muitas pesquisas se voltem para as relações entre trabalho e educação.

Por outro lado, Spósito aponta, apoiada em Peralva (1997), que “*a juventude é uma condição social e ao mesmo tempo um tipo de representação*”, o que faz com que o próprio conceito seja passível de investigação. A exemplo disso, a autora observa que *transitoriedade* é um elemento comum e importante nos estudos sobre juventude. A *instabilidade juvenil* é outro fator considerado nas pesquisas, a maioria das quais nos âmbitos da sociologia e da psicologia.

Na sociologia, as abordagens podem ser identificadas em dois blocos: os que consideram a juventude como um conjunto social derivado de uma determinada fase de vida, com ênfase aos aspectos geracionais; e os que consideram outras dimensões da vida social, definida a partir de universos mais amplos e diversificados, em especial os derivados de diferentes situações de classe. Ora se investe nos atributos positivos da juventude, centrados na mudança social, ora se trabalha as dimensões negativas dos problemas sociais e dos desvios. Já a psicologia tende a privilegiar os aspectos negativos da adolescência, sua instabilidade, insegurança e revolta.

Desde a década de 1970, as questões relativas à inserção no mundo do trabalho foram ganhando ênfase nesses estudos, quase transformando a juventude numa categoria econômica. Nessa época, a juventude passou a ser considerada dos 15 aos 24 anos – embora não haja consenso sobre isso. Como veremos adiante, o Projeto Juventude adotou esse indicador e a MTV ampliou a faixa etária para 30 anos.

Vários estudiosos procuram estabelecer indicadores, critérios e conceitos segundo os quais a juventude possa ser estudada, mas sem grandes avanços, ao que parece. No que se refere às pesquisas na área de educação, Spósito ainda destaca que os jovens são, geralmente, identificados na *condição de alunos ou estudantes* ou, até mesmo, *estudantes-trabalhadores*, com análises fundamentadas pelas correntes da sociologia da educação e da psicologia da educação, como já apontado antes. Porém, são pesquisas que costumam ter uma feição propositiva, voltadas ao caráter social do processo educativo e à possibilidade de bom funcionamento da escola, geralmente marcadas pela especulação e pelo imediatismo.

A leitura de vasta bibliografia da área educacional confirma o levantamento desta pesquisadora. Assim, pode-se notar que essas proposições estão especialmente relacionadas ao atendimento das demandas do mundo contemporâneo, em especial as do mercado de trabalho e de consumo. Há que se ressaltar que encontra-se sobre o jovem em especial a sua dimensão aluno e, conseqüentemente, a abordagem sobre o desenvolvimento *adequado* de processos cognitivos e comportamentais que o desenvolvem para os requisitos do trabalho e para o consumo, ainda que este último não se revele explicitamente.

Mesmo a produção de conceitos para a análise das realidades postas em questão parece estancar. Repetem-se à farta conceitos, interpretações e modelos teórico-metodológicos de outras culturas e épocas, sem um olhar para a singularidade do sujeito ou para as especificidades da juventude como etapa da vida, no contexto contemporâneo. E revela-se o trágico: a educação não enxerga o sujeito de seu processo.

Pesquisas sobre o perfil do jovem brasileiro realizadas pela Criterium Assessoria em Pesquisas (2003), IBASE/Polis (2006), UNESCO/ANPEd/MEC/Secretaria da Juventude (2006) e

Dossiê MTV (2005 e 2008)<sup>5</sup> permitem destacar algumas informações relevantes sobre quem é, como é, o que preocupa e o que assusta a juventude brasileira.

Alguns dados dessas pesquisas apontam que: 80% dos jovens do Cone Sul vivem no Brasil. O Brasil concentra 50% dos jovens da América Latina. São 34 milhões de jovens: 17.939.815 entre 15 e 19 anos, 16.141.515 entre 20 e 24 anos. 28,2 milhões (83%) moram na zona urbana, 5,9 milhões (17%) na zona rural. 20 milhões vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo. 1,3 milhão de jovens são analfabetos, dentre os quais 900 mil são negros. A taxa de mortalidade por homicídios em 2000: 52 por 100 mil habitantes. De 1993 a 2002, o número de jovens entre 15 e 24 anos assassinados no Brasil cresceu 88,6%. Índice mais de quatro vezes maior que o aumento da população no mesmo período. Só três países registram mais homicídios que o Brasil: Colômbia, El Salvador e Rússia. Em 2001, eram 10 mil jovens em privação de liberdade, 90% do sexo masculino, 76% entre 16 e 18 anos.

Quanto ao que mais preocupa os jovens do Brasil, encontra-se: violência (falta de segurança e criminalidade); trabalho (primeiro emprego, manutenção do emprego, desemprego, falta de oportunidades); educação (qualidade de ensino, degradação das escolas públicas, acesso a ensino médio e superior); miséria (fome, desigualdade social, má distribuição de renda); política (corrupção, descaso do governo com os jovens, falta de consciência dos governantes); saúde (falta de acesso a serviços de qualidade); e discriminação (racismo e preconceitos).

Os jovens de todas as regiões pesquisadas no país dão grande valor à educação, requerendo: expansão do ensino médio; mais professores nas escolas, mais qualificados e mais bem remunerados; melhores currículos, metodologias, materiais didáticos e mais atividades extras (passeios, visitas, palestras, laboratórios); melhores condições de funcionamento e preservação das escolas; mais oferta de cursos profissionalizantes de qualidade. Além disso, 84% dos jovens realizam a maior parte dos estudos em escolas públicas (conforme Dossiê MTV que trabalhou com as classes A/B/C).

Mas não basta educação. Os jovens do Brasil precisam de trabalho. E, nesse quesito, preocupa-os: pouca oferta de vagas; dificuldades para conseguir o primeiro emprego; enfrentar, na entrada no mercado de trabalho, preconceitos por serem jovens e inexperientes.

No que se refere à cultura, lazer e informação: 85,8% se informam pela televisão; 40,1% dos jovens não leram nenhum livro em 2004; 69,2% frequentam shoppings nas horas de lazer; 51,2% de jovens das classes A/B frequentam cinema, 29,3% das classes D/E, participação nos megashows de música (todos os tipos). As noções de comunidade estão vinculadas às relações via internet, e verifica-se uma dificuldade de saber agir em grupo e ter visão de todo.

Os medos dos jovens incluem não conseguir uma boa formação e um bom trabalho, além da preocupação com acesso aos serviços de saúde e previdência social.

Seus desafios percebidos: vencer o assédio das drogas e desenvolver-se profissional, cultural e pessoalmente.

Dentre os sonhos dos jovens das gerações contemporâneas estão itens como: viver numa sociedade mais segura, menos violenta, ter boas relações familiares, ter profissão, carreira e emprego, menos desigualdade social, crença e fé em Deus, uma vida sem estresse, ter independência financeira, maior poder aquisitivo, maior liberdade e manter a beleza física.

Certamente, parte desses sonhos pode ser creditada à influência da indústria cultural (Horkheimer e Adorno, 1997) na educação informal das novas gerações. As pesquisas que referenciam este projeto apontam a influência cada vez mais forte da mídia, com 98% de penetração de TV e Rádio. A internet é utilizada para comunicar, conhecer e se divertir: enviar e receber e-mail: 84%, Orkut: 83%, MSN: 81%, pesquisas para escola e trabalho: 75%, ouvir música: 73%; sendo utilizada em locais de acesso pago: 58%, casa de parentes e amigos: 51%, em casa: 45%, na escola ou faculdade: 22%, em postos de acesso público: 17%, no trabalho: 16%.

De acordo com o Dossiê MTV (2008), no que se refere à aquisição do conhecimento:

- A escola, em especial a escola pública, não é mais o centro onde tudo acontece para os jovens, pois ela não acompanhou a evolução do mundo no que se refere à tecnologia, criatividade e atratividade. Hoje, a escola compete com o computador, a internet, a TV e a mídia em geral.
- A informação está muito presente de forma superficial, sem profundidade. Com a internet e a mídia, os jovens sabem falar sobre tudo, mas não conseguem filtrar nem se aprofundar em nada.
- Na escola particular, o aluno é cliente, e o pai age como advogado do cliente. Assim, a escola tem que lidar com diferentes tipos de famílias e crenças: famílias que ajudam e as que dificultam.

Por outro lado, um dado amargo da pesquisa Ibase/Pólis (2006) revela o que fazem os jovens do Brasil: 26% só trabalham; 33,6% só estudam; 13,4% trabalham e estudam; e 27% *não trabalham e não estudam* [grifo meu]. Em 34 milhões de jovens de 15 a 24 anos, cerca de 10 milhões estão excluídos e relegados à marginalidade, pouco menos que isso apenas trabalham e veem suas chances de ascensão muito reduzidas.

### **Considerações Finais**

Grande parte das páginas deste artigo foi ocupada com uma perspectiva de compreensão do capitalismo contemporâneo, por meio de estudos diversos, que permitem pensar o papel da educação, algo que deveria ser voltado à vida.

A segunda parte foi dedicada a apresentar dados de pesquisas diversas que revelam um perfil e a situação dos jovens do Brasil, num momento histórico em que os índices econômicos são os melhores em décadas.

Parece que as contradições são tão intensas que dispensam análises mais pormenorizadas. Mas exigem que se questione algo para além da lógica perversa do capitalismo: onde está o projeto político, social e educacional que reconheça o jovem como riqueza a ser reivindicada para a manutenção da sustentabilidade humana deste país, para além das demandas de mercado de trabalho e de consumo?

## Notas

- 
- <sup>1</sup> O fato de citar esses autores como estudiosos do movimento do capitalismo contemporâneo não significa, de maneira nenhuma, que tenham posicionamentos teóricos convergentes. Ao contrário. Vários deles adotam perspectivas bastante diferenciadas na análise dos fenômenos que cercam o atual contexto, além de serem oriundos de áreas de interesse bem diferentes. Por outro lado, não é objetivo deste estudo tomar os autores em questão para apontar suas diferenças conceituais, mas para destacar de seus trabalhos a compreensão do atual momento do capitalismo, considerando tratar-se de autores que têm tido visibilidade em suas análises sobre a questão. Essa visibilidade permite observar que tipo de discurso encontra ressonância, seja a partir da ideologia dominante, seja como perspectiva de crítica a essa ideologia.
- <sup>2</sup> Rifkin (1996) aponta, ainda, que “uma distribuição justa e igualitária dos ganhos de produtividade exigiria a redução da semana de trabalho em todo o mundo e um esforço concentrado por parte dos governos centrais para proporcionar emprego alternativo no terceiro setor – a economia social – para aqueles cujo trabalho não fosse mais necessário no mercado de trabalho formal”. RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books. 1996. p. 14; DRUCKER, Peter. **Sociedade pós-capitalista**. São Paulo: Pioneira. 1996. p. 128, também alerta que “o setor de serviços comunitários será provavelmente um dos verdadeiros ‘setores em crescimento’ das economias desenvolvidas, ao passo que a necessidade por caridade irá declinar.
- <sup>3</sup> Essa abordagem mereceria maior aprofundamento, o que foge aos objetivos deste texto, de modo que a leitura do texto referenciado fica sugerida. Outro autor que aborda a questão do reconhecimento é Axel Honnet.
- <sup>4</sup> Diante dessa análise de Chesnais, torna-se oportuno fazer referência ao comentário de Alan Greenspan, Presidente do Banco Central norte-americano quanto aos escândalos financeiro-contábeis das empresas norte-americanas em 2002, afirmando que “uma ganância infecciosa parece ter tomado conta de nossa comunidade de negócios”(parte da declaração proferida no discurso de julho de 2002). Note-se que, apesar de uma advertência como essa, a crise financeira internacional, fruto dessa ganância, explodiu em setembro de 2008. Apesar dos estragos que tem causado e do investimento do dinheiro do contribuinte na cobertura dos gigantescos rombos de centenas de empresas, as práticas não foram alteradas, e vários economistas denunciam o crescimento de novas bolhas dentro da bolha estourada, sugerindo uma forma de crescimento do capital não sustentável.

## Bibliografia

- ADORNO, Theodor. **Minima moralia**, reflexões a partir da vida danificada. São Paulo: Ática, 1993, p.39.
- CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo. Xamã. 1996.
- DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade de informação**. São Paulo: Unesp. 2000. p. 28.
- GORZ, André. **Adeus ao proletariado para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola. 1996.

- 
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. O Conceito de esclarecimento. In: \_\_\_\_\_. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar. 1997.
- IBASE. Polis. **Perfil da Juventude Brasileira**, 2006.
- INSTITUTO CIDADANIA. Projeto Juventude. Pesquisa de Opinião Pública. **Perfil da Juventude Brasileira**. 2003. Projeto desenvolvido em parceria com o Instituto de Hospitalidade e o SEBRAE sob a responsabilidade técnica de Criterium Assessoria em Pesquisa. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/secgeral/juventude/juventude.pps#398.3.Apresentação>> Acesso em: 20 ago. 2009; IBASE. **Perfil da Juventude Brasileira**. Rio de Janeiro: Polis 2006; UNESCO/ANPEd/MEC/Secretaria da Juventude. **Juventude e Contemporaneidade**. (2006); MTV. Brasil. **Dossiê Universo Jovem 3**. Escritório Wilma Rocca & Associados. Planejamento e Pesquisa / Datafolha. 2005; **Id.** Brasil. **Dossiê universo jovem 4**. Escritório Wilma Rocca & Associados. Planejamento e Pesquisa/Datafolha. 2008.
- KEHL, Maria Rita. **Sobre ética e psicanálise**. São Paulo: Companhia das Letras: 2002.
- LOUREIRO, Isabel (Org). **Apud.** MARCUSE, Herbert . **A grande recusa hoje**. Petrópolis (RJ): Vozes. 1999. p. 105.
- MARCUSE, Herbert. Sobre o caráter afirmativo da cultura. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. 1997. v. 1.
- OFFE, Claus **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense. 1995.
- ROGGERO, Rosemary. **A vida simulada no capitalismo: um estudo sobre formação e trabalho na arquitetura**. São Paulo, 2001. Tese (Doutoramento em Educação: História e Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade, PUCSP, 2001.
- SCHAFF, Adam. **Sociedade informática**. São Paulo: Ed. Unesp. 1990.
- SPOSITO, Marília Pontes. **A produção de conhecimento sobre juventude na área de educação no Brasil** . 2005. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/harvard4/marilia.htm>> Acesso em: 20/10/2005.